

---

## MULHERES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA: TRABALHO E RESISTÊNCIA POLÍTICA

**Daylan Maykiele Denes<sup>1</sup>; Fábio Rodrigues Carvalho<sup>2</sup>**

1. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFACIMED (2021); Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Bolsista CAPES. E-mail: [Dayland44@gmail.com](mailto:Dayland44@gmail.com).
2. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFACIMED (2021); Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Bolsista CAPES. E-mail: [fabio.relativity@gmail.com](mailto:fabio.relativity@gmail.com).

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo debater o trabalho das mulheres quilombolas em sua diversidade. Neste sentido, procura-se evidenciar a importância do trabalho executado pelas mulheres para a manutenção de suas comunidades, tendo em vista seu histórico apagamento. Também procura-se debater as contradições que envolvem o trabalho tradicional dos *mutirões* desempenhado nas comunidades quilombolas e o sistema capitalista, além da dimensão de gênero e raça evidenciada no *trabalho reprodutivo* e as possibilidades de superação da divisão sexual do trabalho que surgem pela própria atuação prática política das mulheres nas comunidades e demais espaços políticos. Busca-se também enfatizar a diversidade de atividades desempenhadas pelas mulheres quilombolas, especialmente nas comunidades amazônicas, e suas potencialidades políticas, considerando sua complexidade determinada pelos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe. Conclui-se que o debate sobre a pluralidade do trabalho das mulheres nas comunidades quilombolas requer uma análise abrangente e contextualizada, que leve em conta os determinantes socioeconômicos próprios do sistema capitalista para que seja possível compreender o trabalho e a relação das mulheres com ele em sua totalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres quilombolas. Trabalho reprodutivo. Amazônia.

### INTRODUÇÃO

De início, cabe enfatizar que as comunidades quilombolas foram formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram do cativeiro e se estabeleceram em áreas remotas e de difícil acesso. Essas comunidades possuem na atualidade uma identidade cultural única, que é mantida através de práticas tradicionais, como tradições orais, celebrações religiosas, festividades e artesanato. Desse modo, as comunidades quilombolas podem ser vistas como guardiãs da história e das tradições do povo negro e que, até hoje, resistem e lutam pelo direito à terra e território (Fernandes; Galindo; Valencia, 2020).

Os quilombos foram e seguem sendo denunciadores de uma história de rebeldia e luta do povo negro diante do sistema escravista. Na história do Brasil, a resistência sempre foi um elemento fundamental na experiência quilombola. Sem considerar esse fato, não se pode compreender completamente as lutas e a identidade dos remanescentes de quilombos em todo o país. De acordo com Clóvis Moura (1988), a ideia amplamente difundida de que os escravizados eram submissos ao sistema escravista e foram libertos graças à benevolência do império é equivocada. Na verdade, os escravizados se organizaram e resistiram de todas as formas possíveis.

---

O quilombo, por sua vez, é a manifestação extrema dessa resistência, uma tentativa de estabelecer uma estrutura social alternativa em um mundo escravista - uma forma de sociedade que protegesse os negros da violência física e social do sistema opressivo (Moura, 1988, 1993). A partir dessa perspectiva, entende-se que os quilombos tinham como central a criação de uma nova forma de sociabilidade, que permitia a luta pela liberdade e a dignidade humana.

No contexto dos quilombos do período colonial, as mulheres foram parte ativa desse processo de resistência, organização e liderança dos quilombos, porém, por conta do sistema colonial-patriarcal-racista, foram e seguem sendo invisibilizadas e tiveram suas histórias apagadas ou mal contadas. Temos como exemplos Dandara e Tereza de Benguela (Carvalho, 2016).

Dandara foi uma liderança no quilombo dos Palmares, companheira do líder Zumbi. Em Palmares ela participava de todas as atividades políticas e coletivas e chegou a liderar o exército feminino do quilombo por ser uma guerreira habilidosa. Teresa de Benguela foi a líder do Quilombo do Quariterê na Capitania de Mato Grosso e foi aclamada como a rainha do mesmo. Embora a origem tanto de Teresa quanto do próprio quilombo seja desconhecida, evidências indicam que o mesmo foi estabelecido por José Piolho, que se tornou o marido de Teresa. O Quilombo do Quariterê abrigava mais de 100 pessoas, a maioria das quais eram negros e alguns índios. É incerto quando exatamente Teresa assumiu a liderança do quilombo, podendo ter ocorrido após a morte de seu esposo ou desde a sua fundação (Carvalho, 2016).

Ao longo da história, as mulheres têm desempenhado uma ampla gama de papéis essenciais dentro de suas comunidades. Este artigo visa destacar o trabalho realizado pelas mulheres quilombolas em sua diversidade, com ênfase nas comunidades amazônicas, evidenciar suas contradições com o sistema capitalista e suas potencialidades políticas, considerando a complexidade e as interseções entre questões de gênero, raça/etnia e classe, busca-se compreender melhor o impacto e a importância dessas mulheres e seus desafios em suas comunidades.

---

## O TRABALHO NOS QUILOMBOS

Clóvis Moura (1993) argumenta que a contradição básica da sociedade escravista era a divisão de classes, sendo que as pessoas negras escravizadas eram a classe oprimida e os senhores os opressores. Essa contradição é a base dos conflitos sociais, assim, o negro, na condição de oprimido organizou-se de diversas formas para sobreviver, criando diversas formas de resistência como as guerrilhas e os quilombos. Essa última foi uma forma contínua de protesto e de luta de classes.

Formas parecidas com o que foram os quilombos no Brasil ocorreram em diversos países da América, onde existiu escravismo. No Brasil, o quilombo existiu durante todo o período escravista e se espalhou por todo o território nacional, em uma crescente revolta (Moura, 1993).

Clóvis Moura (1993) afirma que os quilombos, dentro do sistema escravista, funcionavam como unidades produtivas autossuficientes, desenvolvendo atividades internas para manter e alimentar a população. Essas atividades incluíam setores artesanais, como metalurgia e tecelagem, além de organização interna para manter a produção em caso de isolamento ou guerra. Essa dupla atividade permitiu que os quilombos estabelecessem intercâmbios com outras unidades populacionais e produtivas, além de desenvolverem sua própria economia interna, o que possibilitou sua sobrevivência na sociedade escravista que os perseguiram. Os quilombos baianos, por exemplo, praticavam o escambo para complementar a economia interna, chegando até mesmo a enviar trabalhadores para Salvador e trazer de volta a renda do trabalho para a economia quilombola.

A economia colonial regionalizada, que dependia inteiramente do mercado internacional, resultou na formação de quilombos que reproduziam essa economia parcialmente, ao menos no que se refere aos produtos. Para se manterem, os quilombos precisavam desenvolver uma economia interna que não dependesse da estrutura da sociedade abrangente, mas que refletisse as possibilidades ecológicas e as disponibilidades de matéria-prima ou sementes das áreas em que se formavam (Moura, 1988).

---

Dessa forma, os quilombos desenvolveram uma estrutura diversificada, que permitiu uma economia de abundância, uma vez que os quilombolas aproveitavam os recursos naturais regionais e elementos retirados das fazendas e engenhos para dinamizar uma agricultura policultora-comunitária que satisfazia às suas necessidades e ainda produzia um excedente comercializável (Moura, 1988). Portanto, percebe-se que os quilombos eram comunidades rurais diversificadas economicamente, mas que mantinham como central, uma economia coletivizada, contrária ao sistema colonial escravista, o que sustentava todos seus habitantes e lhes proporcionava uma vida mais digna.

Historicamente, o trabalho coletivo é uma prática valorizada e disseminada nas comunidades quilombolas, sendo fundamental para a construção da identidade cultural e para a luta pela terra e preservação do meio ambiente. Como destacado por Andreato, Fernandes e Mota (2022), em um estudo de caso sobre o trabalho coletivo em uma comunidade no quilombo Jambuaçu, Moju-Pará, o trabalho coletivo é uma forma de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros da comunidade, além de ser uma estratégia para enfrentar desafios e dificuldades.

Os *mutirões*, caracterizam-se como trabalhos coletivos em determinadas tarefas. Como demonstra Miranda e Rodrigues (2020), os mutirões se caracterizam como um trabalho coletivo e festivo, em que toda a comunidade se mobiliza, faz o “convívio” e se junta para produzir o necessário para a sobrevivência da comunidade, momento de partilha, humanização e diversão. Isso se dá porque o trabalho dos mutirões se inscrevem como trabalho para si, trabalho em seu valor de uso, cuja finalidade é a auto reprodução da comunidade, ou seja, plenamente orientado para a satisfação de necessidades humanas. Diferentemente, nas relações capitalistas, o trabalho é alienado, a fim de produzir lucro (Marx, 2013).

Por mais que historicamente, os quilombolas tenham resistido ao capital, com sua forma coletivizada de organização e trabalho, como demonstrou Moura (1993), os quilombos não estão apartados da realidade do sistema capitalista, mas historicamente, se adaptaram às condições econômicas e ecológicas de suas regiões. Tendo isso em vista, entende-se que as

---

relações econômicas capitalistas afetam como se organizam os quilombos e o trabalho de diversas formas, em uma contradição observada na realidade do trabalho para si: os mutirões e todo o trabalho na comunidade, e o trabalho para os outros, como trabalho alienado: a força de trabalho que muitos quilombolas precisam vender para fora da comunidade, a depender das condições materiais com as quais se defrontam (Miranda; Rodrigues, 2020).

Isso pode ser observado no estudo de Miranda e Rodrigues (2020) no qual apontam a necessidade que comunidades quilombolas muitas vezes enfrentam, de ter que submeter-se ao trabalho assalariado a contragosto de como entendem que é o trabalho ideal para eles; o trabalho coletivo para reprodução da vida coletiva da comunidade. Essa mudança forçada é fruto das condições materiais-sociais, geradas pela pressão do mercado capitalista, da condição de capitalismo dependente, que prioriza a produção de *commodities*.

Dessa forma, de acordo com as condições materiais com as quais se deparam, necessitam vender sua força de trabalho para outros, alienando-se do trabalho. Marx (2015) argumenta que o modo de produção capitalista é a origem desse tipo de trabalho alienado. Nesse sentido, o trabalhador não mais identifica-se com o produto do trabalho, produzindo estranhamento. Seu trabalho não lhe pertence mais, sendo apenas uma força de trabalho orientada para a produção de mercadorias e não de suas necessidades humanas.

No caso dos quilombolas, essa relação de estranhamento do trabalho é intensificada, pois em suas comunidades, vivenciam o trabalho de outra forma e são por vezes, forçados ou seduzidos ideologicamente a se relacionarem com o trabalho dessa forma alienada. Entretanto, com a exploração típica dessa forma mercantilizada do trabalho, muitas vezes, arrependem-se e aprofundam a consciência das diferenças entre sua forma de trabalho tradicional e a forma alienada (Miranda; Rodrigues, 2020). Dessa maneira, há de se atentar que a vida e o trabalho nas comunidades quilombolas, inseridas dentro da sociabilidade capitalistas são envoltos em contradições, e por isso, devem ser observados historicamente e dialeticamente, a fim de compreender suas complexidades.

## A EXPERIÊNCIA SOCIAL DE OPRESSÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS

De acordo com a perspectiva da interseccionalidade, as mulheres que vivem em quilombos experimentam diferentes formas de violência que se interligam. Através dessa ferramenta de análise, reconhece-se que as categorias de opressão, como raça, classe, gênero, sexualidade e outras, cruzam-se e relacionam-se de maneiras complexas (Collins, 2020).

A partir desse olhar, percebe-se que para as mulheres quilombolas a questão das opressões tem características particulares; fatores interseccionais se combinam para criar uma complexa teia de opressão que impacta profundamente suas vidas. São mulheres negras, em sua maioria camponesas, que podem sofrer diversas formas de violência, racismo e vulnerabilidade socioeconômica. Isso resulta em um sistema de opressão que envolve gênero, raça/etnia e classe (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2018).

É importante ressaltar que um número significativo de mulheres quilombolas enfrentam violência doméstica em diversas formas e lidam com a divisão sexual do trabalho dentro das comunidades, que resulta na dificuldade de adentrar espaços políticos, historicamente ocupados por homens. Essas mulheres relatam experiências de racismo, sendo alvo de preconceito racial, subestimação e humilhação em diversos espaços públicos fora de suas comunidades, além da falta de acesso à direitos básicos (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2018).

Gonzalez (1984) apresenta uma reflexão crítica sobre a interseccionalidade entre as opressões de raça/etnia, gênero e classe na sociedade brasileira. A autora destaca como a estrutura patriarcal e racista do país influencia na opressão das mulheres negras, que enfrentam formas específicas de violência que se manifestam tanto na esfera privada quanto na pública. Também destaca a centralidade do sistema capitalista na exploração e opressão das pessoas negras. Se referindo às relações raciais após a abolição, destaca:

No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na

---

medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses (GONZALEZ, 2020, p. 28).

Quando Gonzalez cita “determinados interesses” ela fala explicitamente dos interesses capitalistas, quando aponta, no mesmo texto, o caráter da divisão de classes na sociedade brasileira, o que perpetua uma divisão racial do trabalho em todos os Estados capitalistas contemporâneos (Gonzalez, 2020).

De acordo com a perspectiva de Almeida (2018) o racismo está presente na estrutura social, política e econômica da sociedade brasileira, e portanto, não pode ser visto como um fenômeno individual, mas sim social e como uma parte indissociável do sistema capitalista, pois, historicamente, este serviu aos interesses de classe burguesa, que escravizou povos em prol da acumulação de riquezas e, segue explorando a classe trabalhadora preta em prol do lucro do capital. Dessa forma, entende-se o racismo, mas também outras formas de opressão, como a de gênero, como parte de um sistema social; o capitalismo, que depende dessas opressões para seguir se reproduzindo (Almeida, 2018; Federici, 2019a).

Tendo isso como pano de fundo, deve-se compreender que as mulheres negras, na sociedade de classe, foram e são constantemente invisibilizadas, e com isso sua contribuição social e seu trabalho. Esse cenário torna-se ainda mais grave quando se trata das mulheres negras e quilombolas, que enfrentam uma invisibilidade ainda mais intensa e perversa, sendo muitas vezes apagadas completamente dos processos da materialidade da vida (Miranda; Rodrigues, 2020).

Com isso, é possível compreender que, embora no contexto das mulheres quilombolas o trabalho seja tradicionalmente concebido de maneiras diferentes das impostas pelo sistema capitalista, este sistema influencia em maior ou menor grau todas as relações sociais. Dessa forma, o trabalho das mulheres quilombolas é permeado por esse sistema e por múltiplos marcadores sociais, como classe, raça/etnia e gênero. Essa interação complexa estabelece uma relação singular das mulheres quilombolas com o trabalho, determinada por tais marcadores. Portanto, é fundamental examinar o trabalho dessas mulheres à luz dos marcadores sociais e das contradições do sistema socioeconômico em questão.

## **O TRABALHO REPRODUTIVO DAS MULHERES QUILOMBOLAS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

As mulheres são fundamentais nas comunidades quilombolas, desempenhando papéis de guardiãs do conhecimento tradicional, participando do trabalho coletivo dos mutirões e assumindo cada vez mais funções políticas. Estas ainda são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidado. Essa realidade resulta em uma sobrecarga de tarefas, já que a desigualdade de gênero e o machismo impedem que as mulheres quilombolas compartilhem o trabalho doméstico com os homens (Grossi; De Oliveira; Bitencourt, 2018; Grossi et al, 2019).

A desigualdade se faz pela divisão sexual do trabalho, que demarca quais trabalhos devem ser feitos por mulheres e quais devem ser feitos por homens. Essa demarcação, para consolidar-se cada vez mais na sociedade, naturaliza determinado tipo de trabalho, defendendo que certos trabalhos devem ser feitos por mulheres por causa de supostas características inatas femininas, uma essência ou extinto materno, entre outras tantas afirmações que existem para naturalizar o trabalho invisível, não remunerado das mulheres. Com isso, as mulheres devem encarregar-se dos trabalhos reprodutivos, enquanto que os homens ficam com trabalhos produtivos, políticos e de liderança (Sousa; Guedes, 2016; Federici, 2019a).

Nesse debate, o trabalho reprodutivo é todo aquele que está orientado para a reprodução da vida, com isso o trabalho de maternagem, de cuidado e afeto é trabalho reprodutivo, resumindo em uma frase famosa de Federici (2019a) “*aquilo que chamam de amor, é trabalho não pago*”. A exploração do trabalho reprodutivo pelo capitalismo é antiga e surge junto ao surgimento deste, tendo sua origem já na transição do feudalismo para o capitalismo. Federici (2019b) analisa a conexão entre a caça às bruxas na Europa do século XVI e a formação do capitalismo. Ela argumenta que a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria foi uma forma de controlar a população feminina, que representava uma ameaça à

---

ordem social estabelecida, pois na época, as mulheres eram detentoras de saberes medicinais e populares, levando uma vida comunitária e com autonomia.

A caça às bruxas na Europa e a subjugação das mulheres na América Latina pelos colonizadores foi um dos elemento-chave na consolidação do capitalismo, que caracterizou um tipo de vida e trabalho para as mulheres e proporcionou acúmulo de capital. O trabalho reprodutivo é fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho, a mercadoria mais essencial para o sistema capitalista. Federici destaca que o trabalho reprodutivo historicamente foi naturalizado para ser realizado por mulheres e, por ser visto como aptidão natural, como a maternidade e o cuidado, se constitui como um trabalho que não é concebido como tal e portanto, não remunerado. Ela argumenta que essa invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo é uma forma de exploração das mulheres e tem implicações diretas na desigualdade de gênero (Federici, 2019b).

Diante disso, a divisão do trabalho nas comunidades quilombolas requer uma análise dialética, considerando a complexidade e singularidade da organização destas comunidades. É necessário compreender as interconexões entre as esferas de casa/roçado, privado/público, espaço improdutivo/produtivo, que caracterizam de forma única as divisões de trabalho nos quilombos. Essas divisões estão sempre sujeitas às condições materiais de vida da comunidade e às relações de poder entre seus membros. Portanto, não se pode assumir que a divisão sexual do trabalho nos quilombos seja rígida, tradicional, com fronteiras bem definidas (Monteiro, 2013)

Monteiro (2013) em análise da divisão sexual do trabalho em comunidades quilombolas da Paraíba, observa ser comum que as mulheres assumam as responsabilidades domésticas, que muitas vezes são consideradas como não sendo trabalho, como cuidar dos filhos, fazer a limpeza e cozinhar. Em contrapartida, os homens se dedicam às atividades relacionadas ao pomar, como limpeza, poda, e também realizam reparos na casa, cercas e ferramentas de trabalho. Nessa análise, o trabalho é categorizado de acordo com a exigência de maior força física. Embora ambos os gêneros atuem no espaço doméstico, desempenham tarefas diferentes que são valorizadas de forma desigual pela sociedade. Esse padrão também

---

se repete no trabalho de roçado, onde homens e mulheres participam, porém com diferentes níveis de envolvimento, de acordo com as tarefas específicas e suas exigências.

Podemos afirmar que nas comunidades quilombolas, as mulheres têm a responsabilidade primária pelas tarefas domésticas, enquanto compartilham o trabalho no terreiro e no roçado com seus filhos e maridos. Em contraste, os homens assumem apenas ocasionalmente algumas tarefas domésticas e, raramente, desempenham uma ou duas tarefas de forma permanente. No terreiro e no roçado, os homens assumem as atividades que requerem maior força física, como mencionado anteriormente, embora isso não signifique que as mulheres não participem dessas tarefas também. Com isso, as mulheres acumulam uma carga de trabalho intensa, pois estão envolvidas em variados espaços, mesmo quando trabalham fora da comunidade, elas continuam desempenhando suas responsabilidades na casa, no terreiro e no roçado (Monteiro, 2013).

Nessa dinâmica, as mulheres quilombolas, historicamente, são a base de suas comunidades. São elas quem reproduzem a vida cultural, social, econômica, e são as detentoras dos saberes tradicionais. Segundo Maria Rosalina, liderança quilombola, as mulheres quilombolas desempenham papéis centrais em suas comunidades:

É uma herança histórica que vem desde nossos antepassados, Palmares foi organizado não por Zumbi, mas por Acotirene, líder religiosa. Com a saída dos homens para trabalhar, as mulheres têm que assumir as comunidades, suas tradições e manifestações culturais, também no roçado e na criação dos filhos e filhas. As mulheres quilombolas são as detentoras dos saberes tradicionais, das rezas, da medicina natural e comidas típicas. Foram e são importantes na organização social, produtiva e de estratégias de resistência. (ONU MULHERES, 2017).

A partir disso, fica nítido que as mulheres quilombolas são fundamentais para a reprodução social dos quilombos desde o período colonial e continuam nos dias atuais, entretanto, mesmo que as mulheres sejam centrais no sustento material das comunidades, no que tange a produção científica acerca desse papel, poucos são os estudos que apresentam essa realidade (Sampaio; Pacheco, 2015). Há, portanto, uma invisibilização do papel da mulher negra na história, cujos fundamentos são o sistema sócio econômico patriarcal e racista do nosso país (Gonzalez, 1984).

---

Fundamentalmente as mulheres quilombolas têm incumbência na produção agrícola e na organização dos mutirões, que são formas de trabalho coletivo nas comunidades quilombolas. Esse trabalho coletivo é determinante para a reprodução da vida concreta na comunidade. Além disso, as mulheres são essenciais na preservação dos conhecimentos e saberes tradicionais nas comunidades. É delas a responsabilidade de transmitir esses conhecimentos às gerações mais jovens, garantindo a continuidade da cultura e identidade quilombola (Monteiro, 2013).

Nesse aspecto, as mulheres quilombolas vivem em um mundo de trabalho, no qual além de aplicarem saberes, criam conhecimentos relacionados à sua própria forma de trabalhar e produzir. Esses saberes constituem uma identidade que se constrói a partir da relação com outros mundos do trabalho, como o trabalho na própria terra, na terra de outras pessoas, com outros trabalhadores, entre outras situações. É através dessas relações que as mulheres constroem seu próprio "EU" e sua identidade de trabalho. Nesse contexto, as mulheres quilombolas, por meio do trabalho coletivo dos mutirões, se opõem ao modo de produção capitalista ao trabalharem para si, para o sustento e reprodução de suas comunidades (Pereira; Rodrigues, 2020).

## **MULHERES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA: TRABALHO E RESISTÊNCIA POLÍTICA**

Esses processos em que o trabalho das mulheres é produção de identidade coletiva, histórica e política também são expressos nas comunidades quilombolas amazônicas. Denes e Cebria (2022) demonstram através de uma revisão bibliográfica, com foco na região amazônica, que as mulheres quilombolas dessa região além participarem dos mutirões, roçados e demais papéis que desempenham, têm buscado ampliar sua participação política, promovendo debates e tensionamentos, contra o machismo e em prol da igualdade de gênero e direitos. Elas têm se organizado em movimentos e associações, reivindicando o reconhecimento de suas demandas específicas e lutando por maior inclusão nas decisões que afetam suas comunidades. Com isso, para além de todo o trabalho que as mulheres

---

desempenham em suas comunidades, também veem a necessidade de adentrar a esfera política, em um movimento de reconhecimento de suas práxis que mantêm vivas e fortes suas comunidades.

Nesse sentido, Bargas e Cal (2017) destacam, em uma pesquisa sobre mobilização do movimento quilombola no Pará, que as mulheres têm papel ativo, participando de associações, encontros estaduais e espaços de decisão. Nessa realidade, houve uma mudança nos papéis femininos na luta por reconhecimento, passando de responsabilidades dos trabalhos domésticos/comunitários para liderança política, fortalecendo uma rede de solidariedade e empoderamento coletivo. Esses processos expressam as próprias dinâmicas nessas comunidades, nas quais as mulheres passam a integrar ativamente atividades políticas, denotando a ampliação de consciência sobre os espaços que ocupam e devem ocupar.

Nesse âmbito, Guedes e Salgado (2020) em um estudo envolvendo mulheres na comunidade quilombola Santa Rita de Barreira, em Guamá (PA) e utilizando a história oral como metodologia, observaram que as mulheres quilombolas nesses contextos historicamente têm sido protagonistas em resistir às opressões e lutar pelos seus territórios, políticas públicas e acesso aos recursos naturais. As entrevistas revelam a diversidade de trabalhos realizados pelas mulheres, transmitidos de geração em geração e integrados à sua identidade, incluindo atividades agrícolas, curativas, artesanais e liderança política em associações e coletivos. Essas organizações oferecem espaços para debates sobre temas como saúde, educação e direitos, e estabelecem parcerias para capacitação em diversas áreas.

Além disso, pesquisas como as de Pereira e Rodrigues (2020), evidenciam que as mulheres quilombolas também constroem sua identidade através do trabalho coletivo em mutirões e do conhecimento transmitido por seus ancestrais. Essa prática coletiva contrasta com a exploração do trabalho no capitalismo, pois envolve a cooperação para alcançar objetivos comuns. Conforme discutido por Silvia Federici (2019), em modelo como "os comuns", há uma divisão cooperativa do trabalho que desafia a lógica capitalista baseada na mercantilização do trabalho. Esse padrão de trabalho coletivo é bem evidente entre as mulheres indígenas da América Latina e também nas comunidades quilombolas aqui

---

discutidas. Esses modelos possibilitam romper com uma lógica de divisão sexual do trabalho, mesmo que ainda persistam contradições como o trabalho doméstico e de cuidado sendo tradicionalmente associado às mulheres, enquanto o trabalho produtivo é considerado atribuição masculina, vemos que os processos comuns de trabalho possibilitam outras lógicas que superam os limites da tradicional divisão e exploração do trabalho das mulheres nesses espaços.

Nessa linha, As mulheres quilombolas de Tambaí-Açu (Pará) assumem papéis políticos ao discutirem questões de raça, classe e gênero em conjunto, rejeitando o trabalho assalariado em favor do trabalho colaborativo em mutirões. Suas formas de resistência ao capital são distintas das lutas tradicionais em fábricas ou contextos urbanos, devido à centralidade do território nas lutas quilombolas e à identidade dessas mulheres como negras e camponesas. Destaca-se nessa comunidade uma variedade de ações políticas coletivas, desde o trabalho em mutirões até a participação em comunidades de base cristã, associações femininas, coletivos e associações de trabalhadores rurais (Miranda; Rodrigues, 2020).

Pontes e Steward (2019) tendo como base o quilombo Moju-Miri no Pará, também aborda esse debate, destacando a invisibilidade da pluriatividade das mulheres quilombolas, que engloba atividades para além do trabalho reprodutivo, como as realizadas no âmbito comunitário, religioso ou político. Os autores destacam que, apesar do machismo enfrentado, as mulheres se organizam, e a pluriatividade emerge como um elemento de empoderamento coletivo, permitindo que elas assumam gradualmente papéis não apenas reprodutivos, mas também produtivos e políticos.

Nesse sentido, Silvia Federici (2019b) argumenta que esse trabalho não remunerado e invisível é essencial para o capitalismo patriarcal, que o naturaliza e não reconhece sua importância, perpetuando assim o sistema. Por outro lado, a pluriatividade, mencionada na pesquisa, é uma forma de gerenciamento do trabalho que envolve não apenas o trabalho agrícola, mas outras atividades igualmente importantes para a reprodução da unidade familiar e coletiva, sendo fundamentais para o desenvolvimento e fortalecimento da própria comunidade.

---

Como podemos observar, o processo do trabalho feminino nas comunidades quilombolas amazônicas revela contradições evidentes, já que persistem papéis de gênero que as mantêm como principais responsáveis pelos trabalhos reprodutivos. No entanto, há também possibilidades emergentes, com mulheres buscando ocupar espaços políticos e reconhecendo a importância vital de suas atividades para preservar a memória, a religiosidade e os saberes comunitários. Além disso, a participação em trabalhos coletivos contribui para desafiar a lógica capitalista e patriarcal do trabalho, fortalecendo a autonomia dessas mulheres.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo central destacar o trabalho realizado pelas mulheres nas comunidades quilombolas, em particular na Amazônia, enfocando o trabalho reprodutivo e as outras formas de trabalho que geralmente estão inseridas. Trabalho este que historicamente, não tem sido reconhecido enquanto trabalho propriamente dito, portanto, cabe colocá-lo sob foco.

As mulheres quilombolas têm desempenhado um papel fundamental na manutenção e fortalecimento de suas comunidades. Além de suas contribuições para a subsistência e economia locais, elas desempenham um papel central na preservação da cultura, tradições e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações. No contexto do trabalho reprodutivo, as mulheres quilombolas têm sido responsáveis por garantir a continuidade da comunidade, cuidando da reprodução física, emocional e cultural de seus membros. Muitas vezes tentam conciliar múltiplas responsabilidades, como o trabalho doméstico, o cuidado com a família e as demandas da comunidade, e também, o trabalho político, que as mulheres quilombolas têm cada vez mais assumido.

Dentro dessa ampla gama de trabalho desenvolvido pelas mulheres, é importante ressaltar que uma grande parte não é devidamente reconhecida como trabalho, justamente porque é útil para o sistema capitalista que não seja, garantindo a reprodução da vida e da força de trabalho, em prol da acumulação de capital. A concepção do trabalho reprodutivo foi imposta às mulheres e naturalizada ao longo da história.

---

A partir disso, compreendemos que as comunidades quilombolas e a vida das mulheres não estão isoladas do sistema, mas estão permeados por ele, suas relações de exploração e trabalho são marcadores sociais que se inscrevem em suas vidas, gerando uma forma determinada de relação social e trabalho, mesmo que ainda se mantenham aspectos tradicionais que são contraditórios ao sistema. Essa relação se observa na vida das mulheres quilombolas através de marcadores de gênero, raça/etnia e classe, tornando única e complexa a vida das mulheres e seu trabalho.

Destarte, é preciso compreender o trabalho das mulheres quilombolas assentado em sua materialidade, a materialidade das condições em que ele se dá, se tratando de uma realidade multideterminada que envolve modos tradicionais de trabalho e vida mas também marcadores sociais, de gênero, raça/etnia e classe. Estes marcadores são essenciais para compreender o trabalho e a vida das mulheres quilombolas em regiões como as da Amazônia, possibilitando pensar a própria superação de situações de opressão pela ressignificação do trabalho e seus papéis ocupados nos espaços comunitários.

---

## **QUILOMBOLA WOMEN IN THE AMAZON: LABOR AND POLITICAL RESISTANCE**

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the work of quilombola women in its diversity. In this sense, the importance of the work performed by women for the maintenance of their communities is sought to be highlighted, considering their historical erasure. It also seeks to debate the contradictions surrounding the traditional work of collective efforts performed in quilombola communities and the capitalist system, as well as the gender and race dimension evidenced in reproductive work and the possibilities of overcoming the sexual division of labor that arise through the women's own practical political action in communities and other political spaces. There is also a focus on emphasizing the diversity of activities carried out by quilombola women, especially in Amazonian communities, and their political potentialities, considering their complexity determined by the social markers of gender, race/ethnicity, and class. It is concluded that the debate on the plurality of work of women in quilombola communities requires a comprehensive and contextualized analysis, taking into account the socio-economic determinants of the capitalist system in order to fully understand the work and the relationship of women with it.

**KEYWORDS:** Quilombola women. Reproductive labor. Amazon.

---

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, M. S. X. de. DANDARA DOS PALMARES: um anonimato que denuncia o machismo e o racismo brasileiro. In: RODRIGUES, J.M.C.; ARAGÃO, W.H. (org.). **Para**

---

**não serem esquecid@s** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. 80 p. E-book. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/historia/para-nao-serem-esquecid-s-2/ebook-janine-e-wilson-final.pdf>.

ANDREATA, K. H; FERNANDES, D. A. P; DA MOTA, D. M. O trabalho coletivo como resistência em uma comunidade no quilombo Jambuaçu, Moju, Pará. **Revista Agroecossistemas**, [S.l.], v. 14, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/11802>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ALVES, J. C.; SANTOS, R. P. A rainha Tereza de Benguela. In: RODRIGUES, J.M.C.; ARAGÃO, W.H. (orgs.). **Para não serem esquecid@s** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. 80 p. E-book. Disponível em: <https://www.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/historia/para-nao-serem-esquecid-s-2/ebook-janine-e-wilson-final.pdf>.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARGAS, J.; CAL, D. G. R. **Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola do Pará, Brasil.** In: **Noveno congresso latinoamericano de ciência política**, 2017. Disponível em: <https://www.congressoalacip2017.org/site/anaiscomplementares2>

CARVALHO, A. F. Trajetória do empoderamento político da mulher brasileira. **Monções Revista do Curso de História da UFMS/CPCX**, v. 3, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/monex/article/view/3131>. Acesso em: 20. fev 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

DENES, D. M.; CEBRIA, J. F. A. Mulheres quilombolas da Amazônia e ação política: uma revisão de literatura. **Das Amazônias**, v. 5, n. 02, p. 49-67, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/5978>.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2019b.

FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G; VALENCIA, L. P. Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 25, e45031, 2020. Disponível em

---

<https://www.scielo.br/j/pe/a/HQ9q3vV8g3GmkDxDmVjpM6k/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Anpocs, 1984. p. 223-244.

GROSSI, P. K; OLIVEIRA, S. B; OLIVEIRA, J. L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9825/5781> Acesso em : 24 de mar. 2024.

GROSSI, P. K; DE OLIVEIRA, S. B; BITENCOURT, J. V. Mulheres quilombolas e divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20034>. Acesso em: 20. fev 2022.

GUEDES, A. C. B.; SALGADO, M. S. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 28, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12239>>. Acesso em: 20 mar. 2024. doi:<https://doi.org/10.30612/rehr.v14i28.12239>.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRANDA, E. R. S. ; RODRIGUES, D. S. “Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, p. 1862-1886, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/27437>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

MONTEIRO, K. S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,

---

2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5834?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5834?locale=pt_BR)>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ONU MULHERES. **Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade**, 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolaslideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>>. Acesso em: 19 de abr. 2024.

PEREIRA, E. J. D; RODRIGUES, D. S. O trabalho coletivo e a identidade de resistência de mulheres quilombolas nos mutirões. In: DOMINGUES, A. S; PINTO, B. C. M; RODRIGUES, D. S (Org.). **Práticas discursivas: educação, linguagem e(m) discurso**. Campinas: Labour, 2020. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/866>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PONTES, M. C. C. L.; STEWARD, A. M. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SAMPAIO, A. C.; PACHECO, A. C. L. Mulheres Griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 2, p. 55-70, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2165>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQOCgYYfWgp/?lang=pt#>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VALENCIA, L. P.; FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G. **Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas**. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 25, e45031, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722020000100222&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100222&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 15 mar. 2023.